

Indícios de autoria em textos de estudantes de curso *on-line*: critérios de análise

Prof. Dr. Antonio Carlos Xavier¹ (UFPE)

Resumo:

O ensino a distância pela Internet tem se mostrado uma tendência na educação brasileira. Desenvolver a competência autoral em estudantes de cursos presenciais e a distância é um dos maiores desafios da formação universitária. Este trabalho propõe e aplica dez critérios para identificar indícios de autoria em textos de alunos de um curso de EaD da Universidade Aberta do Brasil. Conceitos de subjetividade, sujeito-*scriptor*, autoria, norma padrão da língua entre outros orientaram teoricamente a construção dos critérios. As análises de cunho qualitativo descreveram interpretativamente os dados e revelaram como tem sido o processo de aquisição da competência autoral por licenciandos em Letras a distância.

Palavras-chave: subjetividade, autoria, ensino a distância on-line/UAB

Abstract:

Distance learning via the Internet has shown a tendency in Brazilian education. One of the greatest challenges of university education is develop student's authorship who participate of presence or distance courses. This paper proposes and applies ten criteria to identify issues of authorship in the students' texts who study at an EaD from the Open University of Brazil. Concepts of subjectivity, subject-*scriptor*, authorship, standards language among others directed the theoretical building of criteria. Qualitative analysis described and interpreted data which revealed as happens the acquisition of authorial competence by students in Arts of a distance course.

Key-words: subjective, authorship, distance learning on-line/UAB

Introdução

Os dados do Senso¹ realizado sobre educação a distância em 2009 pela Abed (Associação Brasileira de Ensino a Distância), com o apoio do Ministério da Educação, cujos resultados foram divulgados em 2010, apontaram para um surpreendente crescimento da modalidade de ensino a distância *on-line* em todo o território nacional. A começar pelo percentual que registrou uma baixa evasão nos cursos a distância (18,5%), em comparação à evasão observada nos cursos presenciais no mesmo período (58%), podemos perceber que aquela modalidade começa a melhorar sua performance no país, não obstante em detrimento da qualidade desta cuja demanda tem sido aumentada a cada ano.

No item desempenho dos alunos egressos de cursos de EaD submetidos ao Enade², houve um crescimento de 14,1 % em relação a 2008. Esse dado curioso fragiliza a tese contrária à implantação da EaD no Brasil cujo argumento central tem sido a descrença na eficácia do ensino a distância como modalidade alternativa à formação humanística e profissional do brasileiro.

Em números absolutos, a pesquisa registrou um total de 2.648.031 matriculados, distribuídos por 1.752 cursos de graduação, de pós-graduação e de nível tecnológico, vagas oferecidas em instituições públicas e privadas. Enquanto que no Norte e Nordeste 80 % dos alunos estavam vinculados a instituições públicas, o mesmo percentual de matriculados ocupavam as instituições privadas no Sul e Sudeste do país.

Ainda segundo os dados do Senso Brasil processados pelo INEP, a idade média daqueles que frequentavam cursos *on-line* à época foi de 32 anos, dos quais 53,4 % eram do sexo feminino. Esses dois dados sugerem que estudantes mais maduros intelectual e psicologicamente têm procurando adquirir sua formação universitária e/ou complementar sua formação profissional como resposta à exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, para o qual as mulheres estão se mostrando mais atentas e receptivas.

A pesquisa mostrou ainda que as áreas com maior oferta de cursos na modalidade *on-line* eram: Educação & Pedagogia com 552 ofertas, seguidas das áreas de Administração, Recursos Humanos e Gestão com 345, Computação & Tecnologia com 118 e Direito com 105.

¹ http://www.abed.org.br/censoead/CensoEaDbr0809_portugues.pdf

² Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE - é um dos procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, uma autarquia do Ministério da Educação do Brasil. Fonte: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=313&id=181&option=com_content&view=article

A UAB (Universidade Aberta do Brasil) tem oferecido prioritariamente cursos de Educação & Pedagogia, valorizando, assim, as licenciaturas, a fim de atender a grande demanda por novos professores, bem como formar professores leigos que ensinam sem curso de graduação ou que lecionam disciplinas fora da área do conhecimento em que foram graduados.

Independentemente da modalidade de ensino, os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam quais são as habilidades e competências que devem ser desenvolvidas nos aprendizes brasileiros. No caso dos cursos de graduação, especialmente os de licenciatura, as exigências intelectuais sobre o domínio da linguagem são as mesmas já apontadas pelos PCN para o ensino fundamental e médio, que devem, certamente, ser complexificadas por se tratar de nível de ensino superior. Entretanto, a grande maioria dos estudantes de licenciatura tem ingressado nas universidades com graves falhas em sua formação escolar. Eles apresentam deficiências particularmente no que se refere à capacidade de leitura e de produção de texto, pré-condição para aquisição da autoria, passaporte para sua autonomia intelectual e emancipação socioeconômica.

Neste trabalho buscamos saber como anda a aquisição dessas habilidades pelos acadêmicos de licenciatura de cursos a distância. Interessa-nos particularmente verificar se estudantes do curso de Letras matriculados na modalidade EaD já têm ou ainda precisam adquirir a competência autoral. Nossa hipótese é a de que os alunos que chegam aos cursos da UAB, para sua primeira graduação, apresentam as mesmas dificuldades na produção de textos que os alunos matriculados em cursos presenciais, já que são egressos de um ensino médio comum e são selecionados por processos similares de recrutamento.

Este estudo tem, pois, como foco de análise textos de alunos postados como respostas às questões sugeridas em dois E-Fóruns de discussão³, uma das ferramentas de interação de um curso *on-line*, por licenciandos de uma disciplina do curso de Letras ministrada pelo corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco em convênio com UAB/MEC.

Desenvolver a competência autoral destes futuros profissionais de educação é um desafio a ser alcançado pelo ensino presencial e também *on-line*, uma vez que, como futuros professores de linguagem, eles ensinarão a outrem a utilizá-la. Nossa investigação, além de

³ Entendemos o gênero E-Fórum no sentido atribuído por Xavier & Santos (2005), ou seja, como uma espaço aberto em site da Internet no qual pessoas postam assincronicamente suas opiniões relacionadas a temas diversos e também têm acesso a opinião de outros. No caso em análise, trata-se de um E-Fórum Educacional restrito apenas aos alunos matriculados na disciplina do Curso de Letras a distância da UFPE que responderam às perguntas sugeridas pelo professor, normalmente relacionadas aos temas que constam do programa da disciplina.

apresentar um conjunto de critérios para identificar indícios de autoria, a partir da constatação da presença/ausência de determinadas marcas nos textos, busca saber se os licenciandos de EaD estão adquirindo a competência autoral que lhes é necessária para sua prática acadêmico-profissional.

1. Referencial teórico

Émile Benveniste ([1966] 2008) foi um dos primeiros a postular que as marcas do sujeito se distribuem necessariamente por toda a extensão dos seus textos/discursos⁴. Em outras palavras, ele defendeu a ideia de que nenhuma produção de linguagem verbal escapa dos traços que instauram a presença do sujeito produtor. Apesar disso, acreditamos que a escola/universidade é a instituição formal que deve levar o aluno à consciência da necessidade de imprimir em suas produções escritas sua própria “digital linguística”. Cabem aos professores e a escola de um modo geral elaborar estratégias pedagógicas para fazê-lo se apropriar conscientemente das evidências de sua presença em seus dizeres circunstanciados. Sabemos que há aprendizes que ainda não fazem uso consciente e competentemente desta condição que pode inscrevê-lo mais relevantemente na sociedade e na história em que vivem.

Em pleno século XXI, não nos parece mais razoável defender a existência de um sujeito totalmente senhor de suas ações e de seus discursos. O seu oposto também é verdadeiro, ou seja, não é consenso entre os especialistas a ideia de um sujeito completamente subordinado às estruturas linguísticas sociais, econômicas, ideológicas e psíquicas que forjariam seu dizer e seu fazer. Já disse Marx que os homens fazem a história apenas sob as condições que lhes são dadas. Hoje, a maioria dos intelectuais de bom senso concebe o sujeito como um amálgama de tudo isso.

Para Certeau (1996), o sujeito é tangenciado pela multiplicidade de sistemas que o cercam cotidianamente. No entanto, conserva-se-lhe-ia uma margem de manobra, um espaço no qual taticamente sua liberdade se efetivaria por meio de escolhas atitudinais e opções verbais quando da elaboração de seus discursos e de suas ações. Escolher o que “consumir” entre um número limitado de ofertas no mercado de bens simbólicos e selecionar um conjunto de recursos linguísticos (léxico-sintáticos, prosódicos, figuras de linguagem etc.) como lances táticos seriam formas para concretização das microliberdades dos sujeitos, segundo Certeau. Essas pequenas ações e reações subversivas do sujeito configurariam os breves instantes em que ele inventivamente se move e exercita seu direito

⁴ Neste trabalho tomamos os conceitos de texto e de discurso um pelo outro, uma vez que a distinção não influenciaria decisivamente no resultado final das análises do *corpus* a que nos propomos analisar.

de resistir, a fim de driblar a tentativa de uniformização imposta pelos sistemas social, político e econômico. Atento também às restrições linguístico-culturais, o sujeito parece procurar dizer e fazer apenas o que lhe é permitido pela ocasião, por isso muitas vezes ele tem que refrear seus gestos e língua no calor de determinadas circunstâncias.

Na perspectiva bakhtiniana, o sujeito não cria sua própria linguagem, antes ele se constitui na relação com outros sujeitos que a usam de diferentes maneiras no interior de uma mesma esfera social na qual ele e os demais sujeitos estão inscritos. A heterogeneidade da língua ganha visibilidade por sua suscetibilidade às mudanças históricas, sociais e culturais, diz Bakhtin (2005). O sujeito é produto da convergência do social com o ideológico, ele é dialogicamente corresponsável pelo que enuncia, e só o faz dentro das condições históricas que lhe permitem fazê-lo.

De nosso ponto de vista, o sujeito é um agente, não um anátema inerte; é alguém que trabalha inventivamente a linguagem, levando em conta quem é o outro, em que lugar ele mesmo e seus interlocutores estão, e quais seriam os horizontes de expectativa seus enunciados esperados para serem compreendidos em um determinado acontecimento linguístico-discursivo.

Tanto Certeau quanto Bakhtin, a nosso ver, compartilham da mesma percepção de que o comportamento social e discursivo do sujeito é regulado por fatores internos e externos a ele, mas que não o neutralizam, nem interditam totalmente seu fazer-dizer. Tais fatores podem sim limitar sua liberdade de ação e criação, porém deixam frestas e lacunas que são inteligentemente descobertas e linguisticamente bem aproveitadas pelo sujeito. O trabalho criativo que se realiza com as formas da língua torna-se visível pelo jeito particular como cada um de seus usuários lida com ela. Inegavelmente, o esforço inventivo do indivíduo com as formas linguísticas se refrata no conteúdo do seu dizer.

Cabe a este sujeito negociar sentidos com seu interlocutor enquanto propõe modos próprios de verbalizá-los. Neste momento, ele pode revelar toda sua intimidade com a língua pela possibilidade de realizar glosas singulares. É nesta espécie de jogo de microlances discursivos que o sujeito se constitui como autor do seu dizer. Autor aqui não como alguém que originalmente inventa o sentido do texto/discurso que veicula, mas como aquele que elabora, dentro do seu limite, a linguagem, que joga, de modo singular, com as formas linguísticas disponíveis no sistema e rearranja as peças que compõem o jogo de linguagem no qual se embrenha como jogador.

Ao falarmos de autoria, não nos reportamos aqui à função-autor tal como definida por Foucault (1992). Também não atribuímos ao termo autor a acepção de gênio criador

original, um tipo de ser divinamente iluminado do qual emanaria um poder criativo descomunal, perceptível em seus inventos artísticos nunca vistos e escritos jamais lidos em outro lugar.

Trabalhamos, em nossa análise, com o conceito de autor bem próximo à noção de *scriptor*, postulada por Barthes (1988) como um “substituto” do antigo autor que teria morrido. Segundo ele, o papel do *scriptor* é o de combinar textos pré-existentes à própria maneira, usando a linguagem performativamente, ou seja, propondo, em seus dizeres, atos de fala, no sentido que Austin (1990) os concebeu.

Assumir esta concepção de autoria não significa defender a des-subjetivação do sujeito. Significa sustentar o estatuto do autor como um sujeito-*scriptor*, alguém que, ao textualizar seu discurso, perfaz um dizer todo seu, inteiramente peculiar no que tange à materialidade linguística mobilizada para tal. O sujeito-*scriptor* elabora seus enunciados cuidadosamente dotando necessariamente seu texto de unidade, coerência e interpretabilidade a ponto de levar seus leitores a enxergar idiossincrasias suficientes para caracterizá-lo como autor. Por outras palavras, quanto mais um indivíduo se apropria da competência autoral, mais ele deixa entrever em seus textos as marcas de si, da sua subjetividade, traços indiciadores de suas escolhas e preferências linguístico-discursivas. Assim, o estilo individual de dizer o que deve ser dito tornar-se facilmente reconhecível por seus interlocutores, posto que, no fluir da escrita autoral, a elaboração caracterizadora do estilo do sujeito-*scriptor*, o autor deveras, ganha visibilidade pela reiteração de traços atribuídos a ele.

Postulamos que as instituições de ensino, especificamente os professores de linguagem, deveriam fomentar no aprendiz o desejo de desenvolver seus textos/discursos movidos pela consciência do seu papel enquanto sujeito-*scriptor*. Esta concepção de autoria precisa ser visualizada, compreendida e absorvida na prática de produção de texto dos graduandos, sobretudo os de Letras, o que infelizmente não acontece com a frequência desejada nos textos/discursos dos aprendizes em cursos presenciais ou on-line.

Com base nos conceitos benvenistianos, certeunianos, bakhtinianos, bartheanos e austinianos para encontrar a inscrição do sujeito na linguagem, selecionamos dez marcas linguístico-discursivas que nos ajudaram a realizar as análises relativas à presença/ausência da competência autoral em textos/discursos de acadêmicos de um curso de EaD da UAB, especificamente para textos produzidos dentro do gênero E-Fórum.

Critérios linguísticos e discursivos para classificação dos indícios de autoria

1. Proposição de	Trata-se da presença de enunciados que evidenciem um ato de fala
-------------------------	--

<p>solução circunstanciada para uma situação-problema</p>	<p>do autor, ou seja, sua intenção de responder ou sugerir solução à questão, desafio ou problema identificado no processo de interação. Para exemplificar este índice de autoria, tomemos a seguinte questão e resposta hipotéticas:</p> <p>Questão: <i>O que você acha que deveria ser feito para melhorar o desempenho do aluno do ensino superior em Língua Portuguesa?</i></p> <p>Resposta: <i>Precisamos de mudanças fundamentais e corajosas na educação brasileira. Para começar, sugeriríamos ao MEC uma mudança na nota mínima em redação para aprovação no vestibular, que hoje é de 3,0, para 5,0 pontos como acontece nos países asiáticos, cujo desempenho no PISA é, inquestionavelmente, um dos melhores do mundo.</i></p> <p>Há aqui uma clara intenção do autor em apresentar uma resposta à pergunta, além de fazê-la de modo direto e pertinente.</p>
<p>2. Inclusão de informações diferenciadas</p>	<p>São dados novos lançados pelo autor capazes de modificar a abordagem sobre o tema em pauta e surpreender o leitor pelo alto grau de novidade.</p> <p>Tomando a resposta hipotética do exemplo, podemos dizer que o autor trouxe informações novas ao tema e surpreendentes para o leitor, pois a proposta é arrojada (aumentar a nota mínima de 3,0 para 5,0), porém viável, ainda que questionável.</p>
<p>3. Paráfrases</p>	<p>Trata-se do processo de retomada de um conjunto de enunciados ditos por um terceiro e reditos pelo autor de modo próprio, conservando, no entanto, o mesmo teor semântico dos enunciados originais. Uma paráfrase da resposta hipotética poderia ser: <i>Necessitamos de mudanças radicais na educação brasileira. Inicialmente proporíamos ao órgão responsável pela política de educação no Brasil uma ampliação na pontuação mínima da prova de produção de texto aplicada para selecionar candidatos à universidade, passando de 3,0 para 5,0 pontos. Isso já acontece nas nações do oriente focadas no desenvolvimento multidimensional, cuja performance no PISA é, sem dúvida, uma das mais bem sucedidas do mundo entre os países submetidos à avaliação.</i></p>
<p>4. Expressões nominais inéditas</p>	<p>São expressões criadas pelo autor para caracterizar determinados referentes de modo peculiar dentro do discurso. Isso pode ser observado na paráfrase da resposta em que há a troca da expressão nominal “os países asiáticos” por “as nações do oriente focadas no desenvolvimento multidimensional”, suficiente para constatar uma invenção do autor pelo modo inovador que realiza a recategorização de referente já posto na cadeia do discurso.</p>
<p>5. Pronomes pessoais de primeira do singular e do plural</p>	<p>Inserir pronomes pessoais no texto marca o dito como oriundo do autor, é um modo de explicitar o envolvimento com as ideias defendidas chamando textualmente para si a responsabilidade de suas consequências, seja de aceitabilidade e elogios, seja de rejeição e críticas.</p>
<p>6. Adjetivações apreciativas</p>	<p>São adjetivos apreciativos: “<i>fundamentais</i>”, “<i>corajosas</i>”; “<i>melhores</i>”, “<i>brasileira</i>”, “<i>asiáticos</i>” como estão na resposta hipotética.</p>
<p>7. Verbos e advérbios modalizadores e suas respectivas locuções</p>	<p>Verbos modalizadores são aqueles que indicam possibilidade, necessidade ou dever, tais como “<i>Precisamos de</i>”, “<i>Necessitamos de</i>”; Advérbios modalizadores são aqueles que anunciam o modo como se dá uma determinada ação, tais como: “<i>inquestionavelmente</i>”, “<i>sem dúvida</i>”.</p>
<p>8. Conectivos de amarração operadores argumentativos</p>	<p>São as palavras que ligam termos e enunciados articulando uma relação gramatical e/ou argumentativa entre elas, tais como: “<i>e</i>”, “<i>para</i>”, “<i>como</i>”, “<i>cujo</i>” entre outras.</p>

9. Precisão vocabular no contexto enunciativo	Refere-se ao uso da palavra mais adequada para verbalizar a intenção do autor ou para caracterizar um determinado elemento. Se o autor usasse a palavra “ <i>revoluções</i> ” em lugar de “ <i>mudanças</i> ”, a primeira não seria tão precisa e adequada quanto a segunda, em razão da temática em discussão, posto que “ <i>revolução</i> ” é um termo mais forte semântica e pragmaticamente para o que se desejava expressar no exemplo criado.
10. Adequação à norma gramatical padrão da Língua Portuguesa	Tem a ver com o emprego do registro linguístico mais ajustado às expectativas do gênero textual utilizado dentro de um contexto institucional formal. São as regras da gramática que devem ser observadas para se manter um uso padrão da Língua Portuguesa. No caso, o E-Fórum Educacional é um gênero textual no qual se deve preferir o registro formal da língua, ou seja, a norma padrão, em razão do propósito instrucional oficial da plataforma de ensino gerenciado por uma universidade pública federal.

2. Procedimentos metodológicos

Dentre as várias respostas dos aprendizes às questões de dois Fóruns de discussão diferentes propostos por uma disciplina do curso de Letras a distância, oferecida durante um semestre, no âmbito do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco, em convênio com Universidade Aberta do Brasil do MEC, foram selecionadas como *corpora* textos produzidos por três alunas-informantes. Foram analisadas duas participações de cada uma delas nos E-Fórum, totalizando seis intervenções examinadas. A escolha das alunas-informantes foi pautada pelo alto grau de interesse que elas apresentaram durante a realização da disciplina, fato constatado por suas interações nos E-Fóruns propostos, pelo envio das atividades da disciplina dentro prazo estabelecido pelo professor e pela quantidade de acessos ao ambiente específico da disciplina durante os quatro meses em que ela esteve no ar. O arquivo da plataforma virtual da disciplina registrou mais de 200 acessos de cada uma das informantes.

A faixa etária das três informantes variou entre 25 e 35 anos, sendo o curso de Letras a distância a primeira graduação de todas elas. O fato de toda serem do sexo feminino foi uma grande coincidência. Mesmo assim, não acreditamos que a variação de sexo dos sujeitos-informantes exerceria alguma influência sobre a aquisição das marcas de autoria que buscamos observar nos textos das informantes selecionadas.

Para preservar a identidade dos sujeitos que cederam espontaneamente os dados para a análise, seus nomes foram trocados por letras (A, B e C) e suas respostas distinguidas por R1 (Resposta 1) para resposta à questão do E-Fórum 1 e R2 (Resposta 2) para a resposta à questão do E-Fórum 2.

3. Análise dos dados

A análise dos dados, de caráter qualitativo, buscou identificar prioritariamente as marcas linguísticas nas intervenções dos sujeitos que indicariam seu nível de aquisição de autoria. Por essa razão, foram feitas descrições interpretativas *dos corpora* selecionados para observação. Como todos os sujeitos observados estavam em formação, estabelecemos que uma quantidade igual ou superior a 50% da presença das dez marcas de autoria supracitadas, ou seja, pelos menos cinco delas, seriam suficientes para considerar o sujeito-informante em processo satisfatório de aquisição autoral. Um número abaixo deste percentual enquadraria o sujeito-informante como em processo deficitário de aquisição de autoria.

3.1. Análises das intervenções da informante A (IA)

Questão do E-Fórum 1: Qual a função da linguagem na sociedade?
--

<p>A - R1: A Linguagem na sociedade serve para nos comunicar e viver socialmente. Nós seres humanos percorremos longos caminhos para dar conta de nossas necessidade de comunicação e de expressão. Isso significa desenvolver muitas formas de linguagem que atendessem ás mais diversas situações em que o homem estava envolvido e as mais diversas intenções que possuía ao se comunicar. Para se comunicar, se expressar e interagir na sociedade, o ser humano, além da língua utilizada diversas outras linguagens. Ex sonora, gestuais para pessoas surdas se cominicar entre outras , o importante e que mesmo seres humanos viva de maneira feliz e sartisfatoria com a linguagem que posuímos.</p>

A resposta 1 da nossa primeira aluna analisada, denominada aqui de informante A (doravante IA), à questão do Fórum 1 vai direto ao fulcro da pergunta já no primeiro parágrafo. A informante traz dados do senso comum sobre a relação entre comunicação, sociedade e linguagem que não acrescentam fato novo à discussão. Não se trata de informações inverídicas, mas elas não demonstram terem resultado de pesquisas ou sequer de consultas ao conteúdo do material da disciplina disponível no ambiente virtual do curso.

Há imprecisões vocabulares (“*para pessoas surdas*” em lugar de ‘Libras’ – Língua Brasileira de Sinais) e um conjunto de inadequações gramaticais quanto ao uso da norma padrão da Língua Portuguesa, que são preocupantes pelo fato de que a informante está matriculada em um curso de Letras. São basicamente: “problemas” de conjugação verbal (“*nos comunicar e viver socialmente*”, “*atendessem*” e “*estava*”), dificuldade para empregar corretamente o sinal grave indicador da crase (“*atendessem ás mais diversas*”); utilização equivocada de sinais de pontuação que conseqüentemente gera anacolutos e torna o enunciado confuso (“*além da língua utilizada diversas outras linguagens. Ex sonora, gestuais...*”; “*se*

comunicar entre outras , o importante e que"); acentuação e grafia precárias (*"o importante e que"*; *"satisfatoria"*; *"comunicar"* e *"posuímos"*); transgressões às normas de concordâncias nominal e verbal (*"nossas necessidade"*; *"seres humanos viva"*) e falta de manutenção do referente-sujeito rematizado no enunciado (*"Isso significa desenvolver muitas formas de linguagem que atendessem às mais diversas situações"*; *"seres humanos viva de maneira feliz e satisfatoria com a linguagem que posuímos."*). Neste primeiro enunciado, o verbo *"desenvolver"* não tem sujeito claro e, no segundo, há uma mudança do sujeito *"seres humanos"* para *"nós"* implicitado na desinência do verbo 'possuir' conjugado na forma *"posuímos"*, isso gera dificuldades para o processamento da informação pelo leitor.

Por outro lado, IA insistiu em incluir-se no conteúdo central da resposta, ao optar pela primeira pessoa do plural (*"nos"*; *nós*; *"percorremos"*; *"nossas"*; *"posuímos"*). Utilizou ainda adjetivação apreciativa (*"longos"*; *"importante"*; *"satisfatoria"* e *"feliz"*) e um modalizador adverbial (*"socialmente"*). Os conectivos mais comuns aparecerem algumas vezes (*"e"*; *"para"*). Apenas um operador mais sofisticado (*"além de"*) que instaurou uma relação argumentativa que conduziria o leitor a esperar mais adiante o argumento mais forte esteve presente na intervenção de IA. Ela não empregou verbos modalizadores. Houve sim a reiteração de elementos lexicais (*"linguagem"*, *"comunicar"*, *"comunicação"*; *"ser humano"*) que indica uma restrição vocabular no universo de conhecimento linguístico da informante. A inclusão de informações diferenciadas e a utilização de expressões inéditas não foram observadas nesta primeira resposta de IA ao E-Fórum.

Quanto à proposição de solução circunstanciada para uma situação-problema, devemos admitir que houve uma tentativa por parte da informante para efetuar-la. Ela esboçou uma resposta à questão, que, neste caso, era a situação-problema. A resposta direta à pergunta do Fórum, ainda que fragilizada pelos problemas de forma e de conteúdo apontados, oferece uma solução ao questionamento do E-Fórum 1, o que nos leva a reconhecer um esforço de cooperação da informante para não tangenciar ou fugir à pergunta.

Em síntese, podemos afirmar que, nesta primeira intervenção, IA apresentou apenas quatro dos dez critérios de identificação da competência autoral, ficando, portanto, abaixo dos 50% tomados como paradigma para classificá-la em processo satisfatório de emancipação de autoria.

Passando à resposta 2 ainda da primeira informante à questão proposta no segundo E-Fórum da disciplina, pudemos observar alguns avanços nos aspectos formais e no conteúdo do texto postado.

Questão do E-Fórum 2: Como seria a vida sem a linguagem?
--

<p>A – R2: Professor, pergunta essa bem difícil de ser respondida mais acredito que seria terrível por que como que iríamos se comunicar e viver socialmente com as outras pessoas na sociedade. A língua é uma das formas de linguagem e a forma de comunicação mais importantes entre nós seres humanos, a utilização da linguagem como forma de comunicação é uma das características que distinguem o ser humano de outros seres por isso acredito que nunca va existir vida humana sem linguagem.</p>
--

Nesta segunda intervenção, observamos uma leve melhora na qualidade do texto e na abordagem do tema em pauta. Isso talvez tenha ocorrido em razão da menor quantidade de palavras empregadas (78) em relação à anterior (105), afinal “quem fala menos, menos erra”, diz a sabedoria popular. Há menos transgressões à norma padrão da Língua Portuguesa em relação à resposta anterior, mas elas continuam a existir tais como: flutuação no uso de pronomes pessoais da primeira do singular para a primeira do plural e depois para a terceira do singular (“acredito”; “iríamos”; “se comunicar”); deslizes na grafia e na pontuação de palavras (“mais”; “por que”; “va existir”; “A língua e uma”). Equívocos no uso da pontuação também ameaçaram a inteligibilidade do enunciado (“a forma de comunicação mais importantes entre nós seres humanos, a utilização da linguagem como forma de comunicação é uma das características”), a exemplo do mesmo problema observado na primeira resposta.

Outrossim, verificamos que os descompassos de concordância foram sensivelmente reduzidos. A desarmonia entre o verbo e seu sujeito gramatical apareceu no texto apenas uma vez (“... a forma de comunicação mais importantes...”). Porém, não identificamos graves equívocos de conjugação verbal, pelo contrário, encontramos uma formulação frasal complexa, digna de destaque (“seria terrível por que como que iríamos...”), pois tem sido comum falantes nativos do português brasileiro, até mesmo em situações formais substituírem o emprego de verbos que deveriam ser conjugados no futuro do pretérito do indicativo pela conjugação no imperfeito do indicativo (“ia ser terrível por que como íamos...”).

O vocativo, “Professor”, que abre a intervenção, evidencia a preocupação da informante em naturalizar o processo interacional instaurado no gênero E-Fórum, fato não constatado na resposta anterior. Havia adjetivações apreciativas (“terrível” e “importantes”), modalizadores adverbiais (“socialmente”; “nunca”), verbo de modalização repetido (“acredito”). Não havia paráfrases nem expressões nominais inéditas; as retomadas foram feitas por repetição de elementos lexicais (“linguagem”, “língua”, “comunicação”, “comunicar”, “seres humanos”, “viver”, “vida”). Também não houve inclusão de informação diferenciada. Os conectivos e operadores encontrados no texto foram “e”, “por isso” e “por que” que são os mais comuns ao vocabulário de um estudante do nível fundamental de ensino. Espera-se

que, já em nível superior, o aprendiz selecione conectivos e operadores argumentativos mais elaborados para seu texto, expectativa esta frustrada nas respostas de IA.

Sobre a proposição de solução circunstanciada para uma situação-problema, podemos afirmar que houve novamente um visível esforço da informante para fazê-la. Apesar das dificuldades de forma e de conteúdo aqui apontadas, ela conseguiu responder à questão do Fórum 2 sem se desviar do que de fato interessaria saber, ou seja, seu ponto de vista em relação ao modo como seria a vida humana sem a linguagem, indagação para a qual IA categoricamente afirma que não seria possível. Entretanto, mais uma vez isso não foi o bastante para que pudéssemos classificá-la em processo satisfatório de apropriação da competência autoral. Em outras palavras, IA não alcançou o índice de 50% dos critérios de identificação de autoria.

3.2. Análises das intervenções da informante B (IB)

Questão do E-Fórum 1: Qual a função da linguagem na sociedade?
--

B – R1 - A linguagem é feita para que aconteça entendimento entre os povos, ou seja, para que haja comunicação, seja essa linguagem escrita ou de todas as formas existentes ela tem que ser compreendida pelo emissor e pelo receptor.

A aluna respondeu à questão demonstrando perceber exatamente qual seria o objetivo da indagação. Para isso, buscou ser objetiva e direta, lançando mão de dois termos centrais: “entendimento” e “*comunicação*”. Outros dois elementos essenciais para a instauração do processo comunicativo também foram mencionados, são eles: “*emissor*” e “*receptor*”. IB enfatizou que ambos deveriam se compreender por meio da linguagem. Assim, ela cumpriu a expectativa de oferecer resposta pertinente ao que lhe fora solicitado, ao mesmo tempo em que ampliou, detalhou e reiterou as próprias afirmações pronunciadas no texto.

Deste modo, podemos observar que IB apresentou o primeiro indício de autoria, isto é, circunstanciou a solução para a questão aqui tomada como situação-problema a enfrentar. Isto significa dizer que, mesmo sem o rebuscamento e a profundidade desejados em uma acadêmica de nível superior, foi possível constatar sua tentativa de fornecer um arrazoado coerente para o desafio à questão que lhe foi apresentada no E-Fórum 2.

Se, por um lado, não verificamos a inclusão de informações diferenciadas, nem expressões nominais inéditas em seus enunciados, por outro, encontramos paráfrases ainda que dos próprios enunciados (“*ou seja, para que haja comunicação, seja essa linguagem escrita ou de*

todas as formas existentes”). Esse esforço de explicação sinaliza para a tentativa de extrair de si mesma outro modo de produzir significados semelhantes a fim de clarificar o que ela quis dizer aos demais colegas participantes do debate no ambiente virtual. Sem dúvida, parafrasear é uma forma, ainda que embrionária, de se constituir como autor.

Ela optou por se manter afastada das informações que veiculou. A inexistência de pronomes pessoais de primeira pessoa do singular ou do plural no texto constataram esse fato. A pretensa voz da verdade científica, que seria um dos efeitos do tratamento impessoal no relato dos dados de pesquisa, poderia tanto ampliar a aceitabilidade da resposta, pelo aumento da credibilidade que o tom cientificista daria ao texto, como também poderia revelar a dificuldade por parte da informante B para elaboração suas próprias conclusões sobre o tema. Esses fatores tendem a tornar o texto menos autoral e mais coletivo, sem singularidade elemento importante para marcar a posição pessoal do sujeito e destacá-lo da homogeneização.

Sobre as adjetivações apreciativas, podemos dizer que elas não se fizeram presentes no texto em tela. Somente apareceu um verbo modalizando o sentido (“*ela tem que ser compreendida*”). Modalizações por advérbios ou expressões adverbiais também não constaram desta resposta. Os operadores argumentativos e os conectivos de amarração foram subtilizados pela aluna. Estes realizaram um trabalho discreto de conectar orações (“seja”; “ou”) e palavras (“e”), enquanto aqueles ocuparam a superfície do texto sem exercer a devida força argumentativa entre dois enunciados (“*para que*” e “*ou seja*”).

Em relação à precisão vocabular e à adequação do texto às normas gramaticais do português, podemos dizer que não houve uma boa exploração do patrimônio lexical da Língua Portuguesa; muito pelo contrário, IB mostrou um vocabulário bem restrito para um acadêmico de Letras, posto que optou por lexemas previsíveis (“*linguagem*”; “*comunicação*”) sem manifestar esforço de buscar outros termos mais específico ou sinônimos.

Do ponto de vista gramatical, verificamos apenas a ausência de um sinal de ponto ou de vírgula (“*seja essa linguagem escrita ou de todas as formas existentes* Ø *ela tem que ser compreendida*”), sem causar grandes prejuízos à compreensão do sentido veiculado.

Em termos gerais, IB não atingiu o escore de 50% de indícios necessários para ser caracterizada como em processo de aquisição de autoria. Vejamos como ela se saiu na segunda resposta ao E-Fórum 2.

Questão do E-Fórum 2: Como seria a vida sem a linguagem?
--

B – R2 – Primeiramente ninguém conseguiria viver sem comunicação, pois segundo Houaiss a linguagem se conceitua como qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos gestuais, etc. Sendo assim, a vida sem linguagem

seria isolada, a exemplo do filme *Náufrago* que o personagem mesmo isolado não conseguiu ficar sem se comunicar, a ponto de construir um boneco para ter a sensação de estar acompanhado. Fica a sugestão para que meus colegas assistam ao filme supra citado e confira o quanto é indispensável a linguagem, a comunicação.

Categoricamente, a informante B afirma que ninguém viveria sem se comunicar (*"Primeiramente ninguém conseguiria viver sem comunicação"*), eliminando, assim, qualquer possibilidade de vida sem linguagem. Para atender a demanda da questão, IB procura apoio para sua tese recorrendo à autoridade do dicionário Houaiss (*"pois segundo Houaiss a linguagem se conceitua como qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos gestuais, etc."*). No entanto, a definição de linguagem citada do Houaiss não se relaciona diretamente à questão levantada. Em outras palavras, o trecho citado não justifica a posição assumida como tese pela informante.

Ignorando tal fato, ela tentou parafrasear a citação seguindo a própria lógica assumida na tese e não à luz de uma interpretação razoável da definição invocada (*"Sendo assim, a vida seria isolada"*). O mérito de sua iniciativa está em efetuar a paráfrase de uma citação alheia, isto é, realizar um trabalho de interpretação e de reescrita individuais e não se reduzir a uma mera reprodução *ipsis literis* do trecho citado. Ainda que embrionariamente, IB buscou pôr em funcionamento o primeiro indício de autoria por apresentar de pronto uma solução circunstanciada para a situação-problema colocada sem rodeios ou subterfúgios. Muito ao contrário, responder diretamente à indagação foi sua primeira atitude no texto.

A referência à definição de linguagem do dicionário Houaiss poderia ser classificada como uma inclusão de informação diferenciada se ela conseguisse justificar a tese da informante, o que não se configurou, conforme dissemos. Porém, a invocação ao enredo do filme *"Náufrago"* como exemplo de quebra do isolamento comunicacional pela criação de um boneco, que se tornou o companheiro imaginário do único sobrevivente do naufrágio, revelaria a preocupação da informante em explicitar seu ponto de vista. Curiosamente, neste caso, o recurso ao filme funcionou bem melhor como ponto de apoio à tese do que o recurso à autoridade especializada.

O único traço de subjetividade explícita que apareceu no texto foi o pronome possessivo "meus", utilizado como comentário sugestivo do filme e também como elemento acionador da relação interativa da informante com seus colegas que provavelmente leriam sua intervenção no ambiente virtual em que aconteceu a discussão. O tratamento predominante dado pela aluna ao seu texto é o de terceira pessoa tanto na voz ativa (*"Primeiramente ninguém conseguiria viver sem comunicação..."*; *"a vida sem linguagem seria*

isolada...), quanto na passiva sintética (“... a linguagem se conceitua como qualquer meio sistemático de comunicar ideias...”; “o personagem mesmo isolado não conseguiu ficar sem se comunicar”) e na passiva analítica (“ao filme supra citado”).

Ocorreu uma certa quantidade de adjetivações apreciativas (“*meio sistemático*”; “*signos convencionais*”; “*linguagem isolada*”; “*indispensável*” e “*acompanhado*”) para esclarecer a opinião assumida. Aliás, IB procurou se cercar de aparatos argumentativos como a proteção do manto sagrado do Houaiss e ao filme do Tom Hanks para fortalecer maximamente sua tese. Com este mesmo propósito, a informante valeu-se de operadores de argumentação (“*pois*”; “*sendo assim*”, “*para*”; “*mesmo*”; “*a ponto de*”), expressões verbais modalizadoras (“*é indispensável*”), advérbio de modalização (“*Primeiramente*”) estrategicamente distribuídos no texto.

Quanto à precisão vocabular e a obediência à norma padrão da Língua Portuguesa, grosso modo, podemos concordar com o fato de que as imprecisões de palavras e os desvios à norma não comprometeram a clareza geral do texto de IB, embora a obediência à norma pudesse lhe conferir mais credibilidade. A opção pelo advérbio (“*Primeiramente*”) na posição inicial do período criou a expectativa no leitor de que, subsequentemente, apareceria um segundo item a ser ponderado. Para a frustração do leitor, isto não aconteceu ao longo da resposta. A repetição do lexema “isolado” poderia ser evitada, se a aluna tivesse utilizado sinônimos como ‘sozinho’ ou ‘ilhado’, inclusive imprimiria uma maior exatidão ao dito. Faltaram vírgulas (“... segundo Houaiss”; “mesmo isolado”) e houve apenas um deslize de concordância verbal (“*meus colegas assistam ao filme supra citado e confira ...*”) em todo o texto. É inquestionável o fato de que IB apresentou, nesta segunda resposta, um melhor domínio gramatical e linguístico em relação à primeira.

Apesar da melhora na performance de conteúdo e de forma observada na segunda intervenção de IB no E-Fórum, não podemos afirmar que ela estaria já teria alcançado o nível satisfatório de aquisição da competência autoral, em razão das ausências dos indícios necessários para tal.

3.3. Análises das intervenções da informante C (IC)

Para finalizar as análises dos dados, selecionamos as respostas de uma terceira aluna do curso de Letras a distância, considerando os mesmos critérios de análise adotados para as anteriores.

Questão do E-Fórum 1: Qual a função da linguagem na sociedade?
--

C – R1: A linguagem possibilita o intercâmbio de informações entre as pessoas ou povos
--

diferentes através de vários mecanismos oral, verbal, gestual, entre outros, concretizando a ação comunicacional.

Nesta resposta para o E-Fórum 1, IC demonstrou uma clara compreensão do teor da pergunta e foi diretamente ao seu ponto central. Para ela, a função da linguagem na sociedade seria permitir as trocas de informações entre falantes mais próximas (“*pessoas*”) e mais distantes (“*povos*”). Segundo ela, a linguagem concretizaria a “ação comunicacional”, propósito principal para a qual teria sido criada pelos humanos.

Com bastante objetividade, a informante C efetua a primeira marca de autoria que versa sobre a proposição de solução circunstanciada para uma situação-problema. Não há apenas um esboço de cumprimento desta marca, como aconteceu com as informantes A e B. Antes há uma notória proposta de sanar o problema apontado pela questão 1 do E-Fórum. A tese afirmada foi seguida pela exposição das justificativas. Esse é um procedimento esperado considerando o gênero textual em tela, no qual são necessárias a exposição da tese assumida, bem como a argumentação que lhe dê suporte.

IC optou por distanciar-se das informações, procurando apenas fornecê-las sem se envolver diretamente com a temática ao não empregar a primeira pessoa do singular ou do plural que indicaria sua indubitável participação na discussão. Este distanciamento ao mesmo tempo em que mostra objetividade quanto ao questionamento proposto, revela o desejo de IC de utilizar uma voz geral, o que seria a voz da razão científica e não uma resposta individual como resultado das conclusões a que IC teria chegado por meio de suas reflexões.

Sem traços de subjetividade como pronomes de primeira pessoa do singular ou do plural, ela, até sem mesmo o querer, reverberou o discurso científico sem apontar muitas razões e explicações peculiares a um discurso deste domínio. Como sabemos, a tentativa de apagamento da subjetividade é o modo característico do discurso científico que tem a ilusão de, por esta via, garantir a objetividade produtora de credibilidade para suas afirmações supostamente inquestionáveis.

A ausência de informações diferenciadas ou de paráfrases que expliquem a tese defendida poderiam justificar a suposta objetividade dos enunciados, isto é, o modo de construção do texto em terceira pessoa do singular, na elaboração da resposta.

A informante C usou adjetivação apreciativa (“*diferentes*”) e verbo modalizador (“*possibilita*”). Não observamos qualquer expressão nominal inédita, porém, notamos que houve um cuidado em não repetir a palavra-central da discussão, “*linguagem*”, que se tornou

evidente pela escolha da palavra “*mecanismo*” em lugar de ‘tipos ou formas de linguagem’ que seriam as expressões linguísticas esperadas neste contexto de enunciação.

A precisão e clareza das informações apresentados nesta resposta ratificam que IC consulta os materiais disponíveis pela disciplina e faz pesquisas para além dos conteúdos postados no ambiente do curso.

As marcas formais na elaboração do texto, que indicariam a emancipação linguística do sujeito-*scriptor*, reforçam que a informante C domina relativamente bem os elementos da modalidade escrita da Língua Portuguesa. Com a ajuda da curta extensão do parágrafo, não encontramos um único equívoco de ordem formal na resposta 1. Contudo, observamos uma subutilização dos conectivos e dos operadores argumentativos, pois só aparece uma palavra de ligação (“*ou*”) e nenhum termo indutor de força argumentativa.

Passemos, então, à análise da resposta de IC ao E-Fórum 2.

Questão do E-Fórum 2: Como seria a vida sem a linguagem?
<p>C – R2: Viver sem linguagem é viver sem nexos. É impossível viver sem comunicar, mesmo sem falar estamos a comunicar, com um simples olhar, movimento, a simples presença de uma pessoa altera o comportamento da outra. Toda a comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de relação, de tal modo que o segundo classifica o primeiro e é portanto uma metacomunicação. Os seres humanos comunicam digital e analogicamente. Enfim, a linguagem é um instinto, está dentro de nós. Não se pode não comunicar.</p> <p><i>“O homem é um ser que se criou ao criar uma linguagem.”</i></p> <p>Octavio Paz.</p>

Com um visível volume de texto maior em relação à resposta 1 e com até citação a escritor famoso, Otávio Paz, IC responde diretamente ao questionamento da atividade do E-Fórum posicionando-se contrário à possibilidade de o homem viver sem linguagem. O primeiro índice de autoria (proposição de solução circunstanciada para uma situação-problema) surge logo no início do texto. Não há desvios à questão ou tergiversações na resposta nos dois primeiros períodos da intervenção de IC.

O terceiro período apresenta uma elucubração (“*Toda a comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de relação, de tal modo que o segundo classifica o primeiro e é portanto uma metacomunicação.*”). Frequentemente, um enunciado obscuro é provocado por imprecisões no uso de palavras imprecisas no contexto. Isto parece ter acontecido neste trecho.

O quarto período faz uma asserção confusa por não ser seguida por uma justificativa que a sustente (*Os seres humanos comunicam digital e analogicamente.*). Já o quinto mostra o principal argumento da tese defendida pela informante C (“*A linguagem é um instinto, está dentro de nós*”). A citação bastante adequada ao tema em debate faz o arremate final da resposta e funciona como uma inserção de informação diferenciada na discussão.

A afirmação “*Não se pode não comunicar*” representa uma tentativa, ainda que acidental, de parafrasear axiomas, máximas, provérbios que ecoam em nossa memória discursiva tal como a frase célebre do filósofo grego Epicuro (341 a 270), que disse: “não se pode não ter medo quando não se inspira o medo”, e até mesmo a de Paul Watzlawick (1996) que disse exatamente o que IC escreveu sem citá-lo, provavelmente, por desconhecer ser este o autor da frase.

Identificamos dois momentos de subjetividade explícita no texto (“... *mesmo sem falar, estamos a comunicar*” e “... *está dentro de nós*”). Nos demais, IC expressou-se genericamente, empregando sujeitos gramaticais universais (“*Os seres humanos*” e “*Toda a comunicação...*”), verbos no infinitivo impessoal (“*viver é...*”) e terceira pessoa do singular (“*não se pode não comunicar*”). A presença de pronomes de primeira pessoa também significa, segundo os critérios aqui apontados, um índice de autoria relevante.

O texto contém ainda adjetivação apreciativa (“*simples*”) e locuções adjetivas (“*sem nexos*”; “*sem comunicar*”), além de verbos modalizadores (“*É impossível*”) e advérbios que modalizam (“*digitalmente*”). Os conectivos de amarração encontrados foram os mais simples (“e”) curiosamente usado apenas duas vezes. Os operadores argumentativos (“portanto” e “enfim”) também se fizeram presentes na resposta 2 de IC.

Quanto ao aspecto da adequação à norma gramatical da língua, podemos dizer que quase não foram detectados problemas desta ordem. Observamos a ausência de uma vírgula obrigatória na frase “*É impossível viver sem comunicar, mesmo sem falar estamos a comunicar, com um simples olhar, movimento, a simples presença de uma pessoa altera o comportamento da outra.*” por se tratar de uma oração intercalada (“*mesmo sem falar*”). Faltou no trecho em análise uma organização espacial do posicionamento das vírgulas do ponto de vista da digitação, pois notamos espaços não preenchidos que provocam uma expansão do texto e de seus sinais de pontuação sem, no entanto, comprometer a inteligibilidade nem das palavras nem das ideias. Dizendo de outra maneira, IC mostra-se emancipada linguística e gramaticalmente, reiterando assim fato já observado quando do exame de sua primeira resposta.

Portanto, o cômputo geral da análise do desempenho de IC nos permitiu observar que ela demonstrou o maior domínio das marcas de autoria dos critérios classificatórios da condição desta competência entre os licenciandos em Letras examinados.

Considerações finais

Pensando na formação dos licenciandos para os quais a aquisição da competência autoral é condição fundamental ao sucesso de sua vida acadêmica e profissional, decidimos

investigar como se encontrava o processo de aquisição deste tipo de competência em alunos de um curso de Letras, na modalidade a distância, hoje em franca expansão no país, induzido oficialmente pelo Ministério da Educação. Propusemos, então, um conjunto de dez critérios para identificar a presença de indícios de autoria que seriam examinados nos textos postados por eles na ferramenta de interação do curso E-Fórum.

Partimos da hipótese de que os alunos que se matriculam em cursos da UAB apresentariam dificuldades semelhantes no que se refere à interpretação e a produção de textos que os alunos matriculados em cursos presenciais apresentam como constatado pelas contínuas avaliações do Enem⁵.

A aplicação dos critérios elaborados para a identificação de autoria nos textos de três alunas que, voluntariamente, permitiram que suas respostas às questões dos E-Fóruns fossem analisadas revelou resultados interessantes.

As análises das respostas da informante A indicaram que ela não atingiu o nível mínimo de 50% de marcas de autoria, percentual-referência para considerá-la em processo satisfatório de aquisição autoral, conforme estabelecido, para efeito de análise, no início deste trabalho.

A informante B, embora tenha apresentado mais indícios autorais no texto de sua segunda resposta ao E-Fórum, em comparação à performance total da informante A, não conseguiu o percentual de 50% de marcas que pudessem caracterizá-la como em estágio importante de apropriação da competência analisada.

Observando as intervenções da informante C às mesmas questões dos E-Fóruns, podemos afirmar que ela ultrapassou o nível mínimo de 50% de marcas de autoria em suas intervenções diferentemente das informantes anteriores. Este bom desempenho permitiu-nos considerá-la em processo satisfatório de apropriação da autoria, o que significa dizer que ela está adquirindo a condição de sujeito-*scriptor* tomado neste trabalho como o ideal a ser perseguido pelos os acadêmicos dos cursos de Letras presenciais e a distância.

Se, por um lado, a constatação da dificuldade de escrita de textos autorais na maioria dos licenciandos aqui investigados confirmou nossa hipótese, por outro, as análises nos deixaram esperançosos, posto que notamos um grande esforço das informantes para escrever melhor em todos os aspectos, especialmente em suas segundas intervenções. Tal atitude aponta para a possibilidade de uma futura aquisição, se não de todas, pelo menos, de grande parte das marcas de autoria ao longo de sua trajetória acadêmica no curso de

⁵ Exame nacional do ensino médio, avaliação aplicada pelo INEP/MEC aos alunos egressos do ensino médio.

Letras e durante toda a vida profissional, uma vez que aprendizagem em geral e da aquisição da competência autoral em particular são processos *ad infinitum*.

Referências bibliográficas

- AUSTIN, John. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ações**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Michail. **Problemas da poética de Dostoiéwisk**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BARTHES, Roland. *A morte do autor*, in: **Os rumores da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Campinas: Pontes, 2008 [1966].
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **O que o autor?** Lisboa: Vega, 1992.
- WATSLAWICK, Paul. **A Pragmática da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1996.
- XAVIER, Antonio Carlos & SANTOS, Carmi Ferraz. *E-Fórum na internet: um gênero digital*. In: Araújo César, Júlio & Biase-Rodrigues, Bernadete. (Orgs) **Interação na Internet**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

ⁱ Antonio Carlos XAVIER, Prof. Dr.
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Departamento de Letras
tonix@uol.com.br